

CIVILIZAÇÃO DA POBREZA E UTOPIA E A POSSIBILIDADE DE UMA FILOSOFIA HUMANIZADORA

Rogério Baptistella*

Jadir Zaro*

Resumo: A crise econômica 2008 desencadeou uma série de reflexões pelo mundo inteiro. A história da humanidade registrou outras crises, mas este último acontecimento tornou-se significativo por ganhar contornos globais e gravidade como jamais registrados na história. O intento não é abordar a crise em si, mas, sobretudo, a necessidade imperante de uma nova ordem econômica. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a atual civilização da riqueza (modelo econômico baseado no capital) contrapondo-a com a proposta utópica da civilização da pobreza de Ellacuría (modelo econômico baseado na satisfação das necessidades básicas).

Palavras-chave: Civilização da riqueza. Civilização da pobreza. Utopia. Humanização.

Introdução

A ciência econômica moderna nasceu com o objetivo de administrar a escassez. Todavia não foi possível eliminar a pobreza. Talvez porque a economia tenha sido tratada simplesmente como a riqueza das nações¹. De um lado a economia gerou uma riqueza jamais vista, por outro, registra-se um mundo cheio de privações, opressões e persistência da pobreza, de necessidades fundamentais não satisfeitas, fomes coletivas e crônicas.

* Rogério Baptistella é doutor em Filosofia Política pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. É professor de filosofia do ensino básico, técnico e tecnológico e Superior (curso de Ciências Sociais). Atualmente é Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá. rogerio.baptistella@ifpr.edu.br

* Possui mestrado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2012), graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (2008), especialização em Processo Civil e Direito Civil pela Universidade Católica Dom Bosco (2008), graduação em Teologia pela Fapas (2000) e graduação em Filosofia - Lic. Plena - pelas Faculdades Franciscanas (1997). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

¹ Cf. SMITH, Adam. R. Investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Alguns economistas começam a insistir na necessidade da economia não ocupar-se simplesmente da riqueza, mas também da pobreza, sobretudo, para superar a atual crise e resolver os problemas de desigualdade social².

Ellacuría estava convencido que era necessário “outro mundo”, “uma nova civilização” para não cair na inumanidade – a esta proposta chamou de “civilização da pobreza”. A “civilização da riqueza” não traz desenvolvimento e não humaniza. De acordo com o autor se a filosofia quer continuar sendo fiel a si mesma não pode renunciar a tarefa pela busca permanente de humanização.

1 A civilização da riqueza

A civilização atual sustenta uma opulência jamais vista anteriormente na história. A expectativa de vida aumentou significativamente em relação ao passado. Hoje, todas as regiões da terra estão interligadas pelo comércio, comunicações, ideias, etc. Não obstante, persiste um mundo de privações, pobreza extrema, opressão, guerras, conflitos no campo e nas cidades, desigualdade, violações da liberdade, dos direitos humanos, crises ecológicas e de sustentabilidade da economia e da vida social. Estas privações deixaram de ser a chaga deste ou daquele país, visto que elas podem ser encontradas, em maior ou menor proporção, tanto em países ricos como em países pobres. Assim, tem-se a experiência de dois mundos antagônicos; ‘a melhor época da história também virou o pior dos mundos’.

No prefácio do livro de Sachs, *El fin de pobreza cómo conseguirlo en nuestro tiempo*, Bono (vocalista da banda de rock U2) escreve que nossa geração, pela primeira vez, tem a chance de erradicar a pobreza, o comércio injusto e toda espécie de injustiça, de modo especial aquela entre os poderosos e os mais fracos do mundo³. No livro supracitado, Sachs lança uma pergunta extremamente desafiadora e necessária: “... podem os ricos permitir-se ajudar os pobres?”⁴. Sachs é conhecido como um economista liberal, todavia não propõe o neoliberalismo como a solução para todas as mazelas do mundo. O economista faz inclusive severas críticas ao FMI, ao Banco Mundial, aos EUA e a todos os países ricos por não criarem

² Cf. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2000. SACHS, J. El fin de la Pobreza como conseguirlo en nuestro tempo. Traducción de Ricardo García Pérez y Ricardo Martínez Muntada. Barcelona, 2007.

³ Cf. SACHS, 2007, p.22.

⁴ SACHS, 2007, p.403.

regras mais equitativas no comércio globalizado e por pouco fazerem para eliminar a pobreza mundial.

Não há espaço aqui apresentar essa proposta. De modo sucinto, Sachs fornece alguns dados para resolver o problema da pobreza em uma entrevista concedida ao site Exame. Segundo ele, os países ricos deveriam destinar 0,7% do PIB para ajudar os países pobres. Ainda, de acordo com o economista, os países ricos produzem cerca de 35 trilhões de dólares ao ano. Significa que o mundo rico destinaria todo ano, aos países pobres, cerca de 240 bilhões de dólares⁵.

É claro que a proposta de Sachs não se reduz simplesmente a uma ajuda financeira por parte dos países ricos. Através daquilo que ele chama de *economia clínica*, seria também necessário fazer um diagnóstico diferenciado e individualizado para cada país pobre para detectar as verdadeiras razões que impedem esses países de superarem a pobreza⁶.

Não há dúvida de que a proposta de Sachs seja séria e bem intencionada. Sobretudo, deve-se reconhecer todo o esforço que o economista tem feito para amenizar o sofrimento humano causado pelas chagas da pobreza.

No entanto, a proposta de Sachs não é suficientemente radical, ou seja, não vai à raiz do problema. O problema da pobreza é bem mais grave e profundo. A erradicação da pobreza e outras mazelas apontadas pelo economista passam, sobretudo por uma mudança de paradigma, de modelo econômico. O modelo econômico baseado no capital, na riqueza há tempos vem apresentado sinais de esgotamento e fracasso e não pode mais servir de modelo de desenvolvimento humano e civilizatório.

Em *Utopia e Profetismo* Ellacuría lança às bases de um novo humanismo cuja hipótese é possível endossar. A irrupção de um novo humanismo não pode vir de uma visão antropológica calcada na matéria-economia, seja ela de cunho monetarista-capitalista ou marxista-materialista. Uma proposta que aponte uma possibilidade de solução exige uma visão integral do ser humano, aberto, livre e responsável pela sua própria história.

Ao invés de um economicismo materialista deveria desenvolver-se um humanismo materialista que, reconhecendo, e, portanto apoiando-se na condição complexa material do homem, contenha todo tipo de solução idealista para os problemas reais do homem não seria a matéria econômica a que determinasse em última instância senão a matéria humana, complexa

⁵ Cf. Entrevista concedida por Sachs ao Site Exame em 03/12/2007.

⁶ Cf. SACHS, 2007, pp.121-140.

e aberta, que concebe o homem como sujeito limitado, mas real, e aberto para sua própria história.

Segundo Ellacuría, o atual sistema desenvolvimentista é imoral, pois a oferta de humanização e de liberdade que os países ricos prometem aos países pobres não é universal, por razões sociais e ecológicas. Se este comportamento ideal de uns poucos não pode se converter em ideal para toda humanidade, não se pode dizer que seja um comportamento ideal e moral. “No nosso caso, o ideal prático da civilização ocidental não é universalizável, nem sequer materialmente, porque não há recursos materiais suficientes na terra para que todos os países alcancem o mesmo nível de produção e consumo...”⁷ Ademais, a atual crise do sistema econômico mundial vem demonstrando que a proposta desenvolvimentista está se tornando cada vez mais indigesta, até mesmo para os países mais desenvolvidos.

A proposta de humanização que o sistema neoliberal oferece não é universalizável, nem mesmo possível e tampouco desejável. Justamente porque seu estilo de vida não humaniza, ao contrário traz mais insegurança e medo, pois é um sistema que se move pela necessidade de dominar para não ser dominado. De modo que, com seu estilo agressivo e depredador da vida planetária, o neoliberalismo tem se mostrado uma falsa utopia.

2 Há ainda espaços para as utopias?

A expressão fim das utopias quase sempre se ancora na queda do socialismo da antiga URSS e de seus países satélites. Consequentemente, o mundo reduziu-se ao horizonte capitalista. Em termos de Fukuyama o mundo passou a ser visto sob a ótica da democracia liberal e da economia capitalista de mercado.

Literalmente, utopia significa um lugar sem chão, portanto um não-lugar, lugar nenhum, ou aquilo que não tem lugar⁸. Desde Platão, com sua obra *A República*, passando por Santo Agostinho com a *Cidade de Deus*, Thomas More com a obra *Utopia*, Campanella com a obra *A Cidade do Sol* a palavra utopia traz no seu bojo certa ambiguidade que vai de um significado de algo perfeito, mas inexistente ou até mesmo de um futuro sonhado e até mesmo almejado. O chão, o lugar é somente uma promessa? Ou ela pode ser reconstruída a partir de uma realidade histórica inautêntica?

⁷ ELLACURÍA, 1993, p.406.

⁸ Cf. ALBORNOZ, 2010, p.523.

Revisitando a obra de Bloch, percebe-se que o autor descreve a possibilidade de uma utopia concreta. Isto significa que há, sim, espaço para novas alternativas e utopias. Quem lê atentamente a obra de Bloch, percebe que a utopia é algo histórico e intrínseco ao ser humano. Logo, não pode ser algo infundado, irrefletido, mas encontra seu fundamento no fato do homem constituir-se em ser inacabado, aberto. “O homem é alguém que ainda tem muito pela frente. No seu trabalho e através dele, ele é constantemente remodelado. Ele está constantemente à frente, topando com limites que já não são mais limites; tomando consciência deles, ele os ultrapassa⁹”.

Por outro lado, sabe-se que as utopias não nascem por decreto, muito menos aparecem num passe de mágica. Estes sonhos devem ser acalentados, forjados. Bloch fala dos sonhos diurnos, daqueles sonhos que se sonha com os olhos bem abertos, sobretudo, com os olhos voltados ao nosso redor, sobre aquilo que nos falta. Porque um sonhador sempre quer mais. Isso impulsiona o ser humano a não se contentar com as privações. Neste sentido, o sonho e, em especial, o coletivo permite ao homem lançar-se ao futuro em direção do que lhe falta, mas que poderá ser suprido se, de fato, o engajamento for real.

É na esperança que Bloch vai buscar o combustível para perseguir o intento utópico. Nela que se abrem as possibilidades futuras. Mas, se o futuro é o ainda não acontecido, como não cair numa esperança ilusória? Bem recorda o pai da educação libertadora: “... pensar que a esperança sozinha transforma o mundo é atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo¹⁰”. A esperança não pode se tornar uma categoria vã, uma fantasia ou ainda um conteúdo de cunho puramente psicológico. Bloch compreende a esperança em termos dialético-materialistas¹¹, uma tensão constante entre o velho e o novo, o passado e o futuro. Em termos ellacurianos trata-se de superar “os limites e os males do presente, que são limites históricos, desenha-se assim, a modo de superação, o futuro desejado¹²”. O futuro, enquanto possibilidade precisa ser atualizado pelos sujeitos históricos mediante uma práxis libertadora. Deste modo, a utopia precisa ser mediada por uma *práxis* concreta. A *práxis* utópica se torna desta forma “a estrada que leva ao que necessariamente se busca, e que ela seja mantida sempre em nossa direção”

⁹ BLOCH, 2005. p.243.

¹⁰ FREIRE, P. 1992, p.5.

¹¹ Cf. BLOCH, 2005, v. 1, p.20.

¹² ELLACURÍA, 1993, p.397.

¹³. Nestes termos, o *topos* não é simplesmente um ideal abstrato, mas algo que se constrói mediante a atividade humana cujo horizonte é o futuro, para o que ainda-não-é.

A esperança, para Bloch não é uma categoria negativa, pois ela se manifesta no sujeito e também no ainda-não-acontecido. O ser humano, enquanto essência aberta e inconclusa, está sempre em processo, buscando antecipar o futuro. Assim, o *novum* está no horizonte e deve ser perseguido pelo sujeito “que tem esse poder-de-vir-a-ser inconcluso, esse ainda-não-estar-concluído, tanto na sua base quanto no seu horizonte¹⁴”.

Outra categoria fundamental para compreendermos a utopia é a possibilidade enquanto abertura do tempo que se lança no futuro. A esperança de construir uma sociedade melhor não transforma a utopia numa fantasia quimérica. O que a move não é uma possibilidade vazia e sim um possível concreto.

Assim, a função utópica é a única transcendente o que restou, e a única que é digna de permanecer: uma função transcendente sem transcendência. Seu esteio e correlato é o processo que ainda não resultou no seu conteúdo mais imanente, o qual está sempre a caminho de se realizar – logo, o qual existe, ele próprio, em esperança e em intuição objetiva do que-ainda-não-veio-a-ser como de algo que-ainda-não-se-tornou-bom.

A utopia aparece, no pensamento de Bloch, com uma nova valoração: o utópico busca efetivamente suas forças na realidade concreta e abre-se para o futuro em direção de um mundo melhor. Nestes termos, o utópico significa algo que ainda não é, mas existe enquanto esperança, como algo que está se gestando como possibilidade no presente, o vir-a-ser é um processo que está a caminho. Bloch abre caminho para uma nova ontologia da realidade, que não se reduz somente ao passado ou ao presente. A realidade efetiva não está completamente dada, o feito não esgota a riqueza da realidade, ela ainda está irrompendo. A utopia, nestes moldes, escapa dos reducionismos das filosofias positivista, racionalista idealista.

Na busca da realização da utopia concreta Bloch, trabalha outra categoria antropológica que move o ser humano na busca do ainda-não, o *desiderium*. Em termos blochianos, o ser humano foi feito para o desejo. Na verdade, o ser humano sem desejo é um ser humano morto. Portanto, é o desejo a categoria mais perfeita que impulsiona o ser humano na busca-do-ainda-não. Claro que o autor tem o cuidado de diferenciar o que é um desejo

¹³ BLOCH, 2005, v.1, p. 17.

¹⁴ BLOCH, 2005, v.1, p.195.

falso – fantasia - criada pelo mundo burguês consumista, a vitrine iluminada, os shopping Centers, os ideais publicitários do momento.

O verdadeiro desejo que ainda não foi investigado de modo suficiente e filosófico é aquele que satisfaz as necessidades básicas do ser humano e que, por hora, ainda não se cumpriu. “Desde o princípio exige-se das pessoas que se adaptem ao tamanho do cobertor e elas aprendem a fazer isso; só que os seus desejos e sonhos não obedecem¹⁵”. Um sonhador sempre quer mais, ele não se deixa aprisionar na inoperância do *status quo*. A utopia, o sonho, o desejo é capaz de jogar luz sobre a realidade estabelecida, evidenciando que a realidade está inacabada, a vida ainda pode dar mais. O desejo faz o ser humano querer mais e sempre de modo melhor. Para Bloch, “o marxismo foi o único que promoveu a teoria prática de um mundo melhor, não para esquecer o mundo presente, como era comum na maioria das utopias sociais abstratas, mas para transformá-lo em termos dialético-econômicos¹⁶”. Nunes Silva recorda que: “...traduzir U-topia como “*nenhum lugar*” ou “*lugar nenhum*” é uma redução equivocada, já que isso seria A-topia. O prefixo grego *ou* remete á negação, no caso do *outopos*, da utopia, negação do lugar...¹⁷”. Significa que se pode pensar a utopia não somente como lugar de negação, mas, sobretudo, como negação do lugar. Aqui, a dialética, de acordo com Ellacuría ganha pleno sentido, não em termos lógicos e ideológicos, mas em termos concretos. Cobra pleno sentido ante uma realidade de que ela mesma é negação. É evidente que não se trata da negação da negação, mas de uma negação superadora da negação, que permite o surgimento do positivo, do novo, de uma nova realidade. A utopia concreta, em termos latino-americanos, revela uma práxis desumanizante e dominadora.

3 Uma utopia revolucionária e humanista

Ellacuría começa a esboçar a necessidade de reverter a história, e lançando-a em outra direção. Esta perspectiva político-humanista, significa o rechaço da civilização da riqueza, em nome de uma nova ordem mundial, que denominou de *Civilização da Pobreza*.

Porque revolucionária e humanista? Hoje a humanidade encontra-se em meio a uma crise que demonstra que tão logo não vai passar. Em meio essa crise os pobres são os que

¹⁵ BLOCH, 2005, v.3, p.451

¹⁶ BLOCH, 2005, v.3, p.456.

¹⁷ NUNES SILVA, D. C. 2011, p.50.

mais sofrem. Mas, os pobres, quem mesmo se interessa por eles? Como bem recorda Sobrino: os pobres não interessam aos governos, ao exército, aos ricos, as universidades e nem às igrejas¹⁸. E o mais grave é que querem que os esqueçamos, porque isso sempre foi assim e nada vai mudar. A proposta de uma civilização da pobreza é, sobretudo, revolucionária e humanista porque quer provar o contrário, ou seja, se não superarmos a pobreza, nada de importante e necessário vai mudar. Se os pobres continuarem sendo ignorados não se pode dizer que a humanidade não passa somente de uma espécie animal. Se, ao contrário, os pobres ocuparem um lugar central, então, sim, a humanidade poderá ser considerada humanizada.

A principal tese sustentada pelo autor para optar por uma nova ordem econômica é o rechaço do capital como motor da história, como princípio de humanização, em troca da satisfação das necessidades básicas e de uma maior solidariedade como fundamento da humanização. “...rechaçar a acumulação do capital como motor da história e a posse e desfrute da riqueza como princípio de humanização, e fazer da satisfação universal das necessidades básicas o princípio do desenvolvimento e de uma maior solidariedade compartilhada o fundamento da humanização¹⁹”.

Isto não significa fazer terra rasa do modelo civilizatório ocidental, senão que orientar o atual modelo para que seja sustentável e verdadeiramente universal. É preciso desfazer possíveis equívocos, pois a proposta de uma civilização da pobreza não significa pauperização universal, senão que, um modelo que se contraponha à civilização do capital-acúmulo. O que se quer acentuar é a relação dialética riqueza-pobreza e não a pobreza em si, o que é sempre uma desgraça. Hoje, o mundo se apresenta configurado pelo dinamismo capital-riqueza, em contrapartida é necessário apresentar uma alternativa possível, necessária e, sobretudo universalizável. Tampouco significa aniquilação prévia nem criação de um novo mundo a partir do nada. Isso seria absurdo e impossível.

A utopia revolucionária e humanizadora propõem que o foco seja colocado não mais no acúmulo de capital e sim no trabalho. O trabalho não mais como produção de capital, e sim, como meio de humanização do homem. Ele não pode ser uma forma de escravidão ou um mecanismo de exploração, mas o meio pelo qual o homem se realiza enquanto homem. Para que o trabalho torne-se um meio de humanização do homem ele precisa garantir a satisfação das necessidades básicas superando assim, as diversas formas de alienação.

¹⁸ Cf. SOBRINO, 2004, p.54.

¹⁹ ELLACURÍA, 1993, P.426

Para que esta utopia possa ganhar forma é necessário que a civilização da pobreza estabeleça uma relação de solidariedade compartilhada, capaz de superar o comportamento competitivo e individualista da civilização da riqueza. Uma solidariedade que coloque em comunhão a comunidade humana quanto à produção dos bens. Assim os grandes bens da natureza e os produzidos pelo homem não tem necessariamente que serem de apropriação exclusivamente privada. A via de ter muito de modo exclusivista já provou que é desumana e não universal. A civilização da pobreza propõe que todos tenham o necessário pela via da solidariedade.

Eis o desafio para a economia. A atual economia visa exclusivamente administrar a riqueza. Na nova civilização utópica, a economia está voltada ao serviço do homem. “Hoje há um clamor compartilhado que na atualidade o homem se submete a economia e não a economia ao homem²⁰”. Somente uma transformação radical na condução da economia capitalista poderá tornar viável um ordenamento utópico novo.

Esta utopia revolucionária e humanista denuncia que o modelo capitalista não foi capaz de satisfazer as necessidades básicas da humanidade e, sobretudo, essa civilização da riqueza sofre “um fracasso humanista e moral²¹”. Dito isso, não se trata de ressuscitar o velho socialismo histórico. A utopia se mantém sempre de forma crítica seja qual for o modelo político e econômico vigente. Por isso, não se trata de uma terceira via entre liberalismo e coletivismo. Esta nova civilização da pobreza “está fundada em um humanismo materialista²²”. Pode-se dizer que a visão bíblico- cristã na qual a pobreza tem um sentido positivo, ou seja, há, sim, uma riqueza na pobreza e, por outro lado, na riqueza há uma pobreza que poderá levar a destruição. A pobreza, nestes moldes, devidamente historicizada como a satisfação das necessidades básicas não somente libera o homem de uma situação desumanizante gerada pela civilização da riqueza como pode levar sim a uma humanização integral.

Esta nova civilização da pobreza que se desenha no horizonte utópico busca, portanto, superar os reducionismos políticos e econômicos dos respectivos modelos capitalista liberal e coletivista marxista. Finalmente, é importante destacar que, além de uma nova ordem econômica, é necessário um novo sistema socio-político, porque, na verdade, sem o poder

²⁰ ELLACURÍA, 1993, p.429

²¹ ELLACURÍA, 1993, p. 428

²² ELLACURÍA, 1993, p.426

político a história não avança. Esta frente de poder político não significa a busca do poder. A prioridade está em organizar os movimentos, as maiorias populares com o intuito de torná-las cada vez mais o sujeito da história. Daí a necessidade de dar “mais peso ao social que ao político, (...)”. A dimensão social deve predominar sobre a dimensão política, mas não substituí-la²³”. A história, na perspectiva ellacuriana, exige uma leitura fático-real com o objetivo de orientar os movimentos e grupos emancipatórios, sobretudo, para que busquem ser sujeitos da práxis histórica e política.

A proposta ellacuriana também não se confunde com a proposta da Ética do Discurso de Apel²⁴, embora Apel e Ellacuría façam observações semelhantes ao constatar que a forma de vida ocidental não é universalizável. Para o autor da Ética do Discurso, os pobres não deveriam imitar a forma de vida da Europa e dos Estados Unidos, mas buscar um caminho independente de humanização, sem colocar em risco a vida do planeta. Ellacuría, por sua vez, entende que o problema está no modelo de vida ocidental e não simplesmente no fato de os povos pobres mudarem suas pretensões, mas juntos, ricos e pobres criar uma nova civilização onde haja vida para todos.

O ocidente propõe como utopia a civilização da riqueza, mas isso não é possível, pois a imensa massa dos pobres aumentou. Portanto, nem civilizou nem humanizou, pelo contrário, constituiu-se em uma civilização inumana.

Neste sentido, a proposta de uma civilização da pobreza representa um caráter utópico, um começar de novo, a partir das maiorias populares. “Uma utopia que seja universalizável historicamente (...) onde os pobres tenham um lugar determinante²⁵”. É chegada a hora de construir uma nova civilização mundial não mais estruturada aos moldes e leis do capital. A proposta de uma civilização da pobreza não é um princípio de uniformização, nem sequer uniformização imposta a partir de um grupo de países ricos a um grupo de países pobres e subalternos. A universalização deve partir das maiorias populares empobrecidas que devem ser o sujeito ativo da história. Esta nova civilização remete, portanto, a uma nova ordem social que possibilite às maiorias populares a capacidade de se tornarem sujeitos da própria história.

²³ ELLACURÍA, 1993, p. 432.

²⁴ Cf. GONZÁLEZ, A. 1997, p.419

²⁵ ELLACURÍA, 1993, p. 414.

Esse horizonte utópico ellacuriano não está inserido em utopismos que, ao longo da história, se mostraram totalitários, sejam eles estatais ou de mercado. A utopia ellacuriana não se ancora no modelo clássico de utopia, tem os matizes da visão blochiana. Ela não tira forças de uma perfeição futura prevista e descrita a partir de um *topos ideal*, mas da dor presente, do sofrimento do passado e das injustiças do presente. Trata-se, portanto, de uma utopia realista e não idealista, não abstrata, mas que mergulha no mais profundo da realidade.

Conclusão

Embora a utopia permaneça como horizonte, portanto, não plenamente realizável na história, nem por isso deixa de ser uma instância animadora da construção histórica. “Se não fosse de nenhum modo realizável, correria o perigo quase insuperável de converter-se em ópio evasivo²⁶”. A utopia ellacuriana assenta suas bases na utopia cristã; por isto mesmo tem um caráter transcendente e irrealizável historicamente. Mas, no que tange ao aspecto realizável esta utopia exige mediações e práticas históricas. Dado que os limites e as carências são históricas, é possível desenhar-se um horizonte de superação onde dialeticamente a negação abstrata e evasiva seja superada pelo compromisso histórico. A utopia se torna o motor que impulsiona as maiorias populares, a humanidade numa busca permanente de humanização.

Referências

ALBORNOZ, S. G. **Ernest Bloch e a Felicidade Prometida**. Revista Possibilidades. Anápolis. Ano 2, n.5 jul./set. de 2005, pp. 5-9.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. v. 1. Tradução Nélío Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ELLACURÍA, I. **Escritos políticos**. San Salvador: UCA editores, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GONZÁLEZ, A. **Fundamentos filosóficos de una civilización de la pobreza**. En: Revista Estudios Centroamericanos (ECA), n. 583, 1997.

²⁶ ELLACURÍA, 1993, p. 397

NUNES SILVA, D. C. **A utopia consciência subversiva**. Revista Espaço Acadêmico. Rio de Janeiro, n.116, ano X, 2011.

POPPER, Karl R. **Sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução Milton Amado. V.1, editora da Universidade de São Paulo 3ed, São Paulo, 1987.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SOBRINO, J. **Cartas a Ellacuría 1989-2004**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.